

~~força para o Povo~~
José António Ribeira Faria
ACTA NÚMERO 2023

Um dia 23 dia do mês de Março de mil novecentos e noventa e um, pelas quinze horas, deu-se inicio à sessão legislativa ordinária prevista no Regimento da Assembleia com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1º Início: Discussão sobre o horário das sessões da Assembleia;
2º Segundo: Informações do Presidente da Câmara sobre a actividade Municipal;

3º Terceiro: Discussão e votação sobre o Reporte de Representante para distribuição de bolsas de estudo;

4º Quarto: Discussão e votação do Projecto de Representante para distribuição do Prémio Municipal de Construção Civil;

5º Quinto: Pedido de autorização para condizer um encontro intermédio de vinte e quatro milhas de trânsito.

6º Sexto e último: contestar-se as faltas do deputado do Municipio Tomás Almílhe, José Eduardo e José Afonso.

A Presidente da Mesa fez a correspondência recebida.

Sexto e último da ordem de sessão autorizar que a sessão afavorada por iniciativa com uma abstenção.

Pediu-se plenário o deputado Bráz que em declarações politicas dirigidas a esta Assembleia dando conta das desvinculações do Partido Socialista, fazendo, desde agora, a condição de membro independente.

A Presidente da Mesa deu conta à Assembleia sobre o contacto que tem estabelecido e propósito do debate sobre a Escola referindo a propósito as incertezas sobre a constitucionalidade da Comissão nomeada para o efeito.

Após intervenção do deputado José Pinto que questionou se as discussões e do deputado Carneiro que confirmou serem as mesmas legislações foram defendidas com a mesma Comissão constituida pelo Tomás Almílhe e Tomás António e o Deputado José Pinto.

Reprovado o Plenário com o voto de Ondade Frechellor com

2/03/91

O Presidente da Mesa abordando questão de ordem Profissional disse justificou a alteração do horário para este Sábado e pondo à consideração do colectivo a continuação ou não do mesmo abordando o facto de se prolongarem ainda por algum tempo as condições que obrigaram a esta modificação. O Deputado Santos referiu que se devia respeitar o horário nobre, esperando que o mesmo seja retomado. Embora esteja de acordo, disse, devendo ao motivo alegado, não deixar de lembrar que o Presidente da Mesa pode ser substituído pelo Reunião Secretário.

O Deputado Braga pediu a palavra dizendo que não é sua intenção contrariar a formação de vontade embora saiba que vai, e mesmo, votar a favor de outras Autarquias, mas gostaria, como o fez já anteriormente, de defender o horário nobre (todo dia nobre) da tarde, com o grande favorito que trazia para as discussões e reuniões.

O Deputado Vieirinho referiu que ele fazia parte defendido a Sexta-Feira uma forma de defender o Sábado como o dia mais indicado para a Sessão, após ter referido que a noite de Sexta se tem mostrado insuficiente para discussão os assuntos pendentes transformando esta posição em favorável defensiva.

O deputado José Azevedo intrinca lembrando que foi a primeira pessoa a pronunciar-se sobre o assunto mas, não obstante, foi votado, por todos a Assembleia o horário de sexta-feira, não vendo, agora, motivo para alterar essa decisão.

O Presidente da Mesa começou por dizer que a formação que frequentemente praticava assistia farto documento de todo o tipo e não só de outras Autarquias. Porque entretanto que se continue este horário na formação reunindo e com a experiência adquirida se volte depois a discutir.

Porto e Vila real foi apurada este segundo Projeto com forte voto a favor, contra dois votos na Reunião Projeto. Person-a de seguida ao segundo ponto da Ordem de

2/03/91

Fazendário passando o Presidente da Câmara a informar sobre a actividade da mesma. Começou por dizer que as obras do Cine-Sítio estavam paradas porque não têm projeto para a electricidade e que será feita uma cobertura do fibrafim do telhado, no valor de onze mil escudos para contos, com a responsabilidade da Direcção de Hidroeléctricas do Sul. Em relação à Barragem do Zambujão refereu as dificuldades na aquisição dos terrenos e o risco que corremos de, não sendo este obra integrada na O.I.D./N.O., haver de ficar os terrenos na totalidade. Informou sobre o encerramento do Metropolitano, sobre a execução das obras no Centro da Praia da Chave, de transferência de constituição de uma Comissão de melhoramento para que se possa iniciar como projeto da G.A.F. o Lote da Sede e da vila do Portão Serrado como o intuito de se agravarem o problema da Casa do Povo. Abordou ainda o assunto do emprego sobre a Caixa Geral de Depósitos do qual não foi recebido, ainda, nem mais um tostão e do sobre o P.D.M. disse da insuficiência de verba para que de dois mil contos para uma taxa de gasto de ordem de dez por cento e vinte mil contos subdividida em cincuenta por cento. Em relação ao concurso "descobrir a tua terra" a informação de votos contra a adesão ao Município esteve.

A Doudouz suspirou em relação ao encerramento do Metropolitano, entendendo que haveria referir que, tendo sido a mesma uma decisão política, desse que tenha grande pertinente ao voto da população, devendo a rede de fato recuperar e que se achava por comprometida e fechada das estradas, e que achava devido receber a genuinidade do Turismo do Povo. Mais, segundo disse, que o encerramento da Casa do Povo, tendo sido apurado como um facto consumado, não devia de ser polemico e de agravar as relações independentes entre os edifícios entre um regime degradador e sem utilidade que alguém os venha como lixos e os preserve já.

2/03/91

que o Centro Regional de Segurança Social pretende querer ceder a responsabilidade.

O Deputado António manifestou agrado pelo retorno das obras no local em outra altura, considera, se já manifestamente insuficiente a compatibilização das Câmaras, acrescentando que só em medida do mais conveniente visto várias das P.D.A.S para estes e outras obras, sendo necessário fazer as obras que fizerem.

Em seguida os Círculos do Povo esclareceram a Assembleia sobre alguns dos pontos que lhe parecem importantes para melhor se entender a actualidade do Centro Regional de Segurança Social. Em face da lei, disse, que obriga os Serviços Locais de Segurança Social a funcionarem na Sede de Concelho, foi o Centro Regional obrigado a integrar os funcionários do Serviço Local que faziam a função pública e que, nuns dias que fizeram continuidade à de Casa do Povo receber e dar informações. Segundo disse as obras um edifício sob a responsabilidade da Administração Regional de Saúde, segundo os termos, tendo o Centro Regional uma rede de apoio sobretudo e principalmente contra fogo e Casa do Povo, estando no seu horizonte negocial caso a caso e entregar o edifício funcionando e sua utilização para Infantisfar ou outro serviço que beneficiem a comunidade. Estas negociações só feitas com os diretores autárquicos e autorizadas estejam ilegais, pois não existem sócios.

O deputado José Pedro pediu a saber se com acomodações para convidados é feito andamento das obras no Centro Diz de Chaves. Em relação ao edifício da Casa do Povo, disse, pensa que o mesmo está destinado para desafiar ao Centro de Diz. No que concerne ao metadono, pensa que deverão ser evitados e evitar com quem fizerem os exclusos albergues da Chaves e outros, e que proliferem o que clandestinamente tem controlado.

O Deputado Brászec interviu para esclarecer o inicio da nova carreira escolar da Cunha, afirmando que devido a circun-

2/03/91

mil excluder, as diligências em relação ao Zimmo Confluentes na Escola CTS e à Escola Profissional Agrícola e para condenar o parceria favorável da Câmara em relação às infraestruturas de jardim, das quais conhece os efeitos nefastos e traumáticos. Referindo-se à jardinagem disse que o espaço exterior do Almo Alvaro muito a desejar, nomeadamente no Bairro Habitacional da Zona Sul, achando estanho que, entendo o fabrico d'hortas de apresentações face o mesmo concelho para a Primavera Clássica.

O deputado Batista criticou o facto da Câmara ter votado contra o "Concurso," Descobrir a sua Terra", devido ao facto de constatar haver muita gente interessada neste ano só que não se fazendo uso haverá a divulgação necessária. Sobre isto como um desrespeito pela Assembleia que aprova incentivar a juventude, achando que este é o objectivo da Câmara contraír qualquer política da etapa das classes mais jovens. O deputado José Serradas questionou, em relação à discoteca, qual o ponto de cidadão, se houve de parte da Câmara autorização para funcionamento, se a obra esteve subordinada a de quem é a responsabilidade do espaço envolvente. Referiu depois, incongruity na linguagem utilizada na acta de Câmara, dando como exemplo o comum nuns delas e afirmação definitiva do Plano de Actividades quando, na realidade, se tratava apenas de fazer conhecimento após aprovação da Assembleia. O Metodone, disse, que por motivos políticos foi colocado em Sãozel, não está complementado com uma rede de fibra óptica e está num comércio que é também Confluentes ou Principal. Em relação à Casa do Povo, fez que a de rejeição transcreveram o edifício para o "Povo", entre aspas, foi parte do Centro Regional de Segurança Social (que recebe fundos de ARS) não o sendo, o que é que da junta tiverem conta do edifício, desacredita e num tanto deles, pelo que fizessem esta e sofrem de reclamações e os encargos. Adiantou, por isso, que ele considera mais um presente

2/03/91

enviado por parte do Governo à Junta e autor como o fôrum o Sínodo e da Entrada. No seu relatório de Transportes escolher também ele a 2.ª Vota da Assembleia se consideravam suficientes ainda mais fundos, quem resolvem a situação foi a Assembleia e não a Câmara que afiomaticamente obrigou a resolver o problema.

A Presidente da Mesa fez-se eco da população que reclamou junto de si a deslocação da Caixa de Correio e perguntou ao Presidente o que valia sobre o assunto.

O deputado Vieirinho no seu de palavras começou por lembrar, também, o preceito favorável dado pelas Comissões de Contabilidade das maquinhas de dinheiro um estabelecimento de Alter. Porém, disse, que o facto de não existir base legal impeditiva não impede que existam fundamentos éticos. Na sua qualidade de eleito sentiu-se no dever de protestar ao familiar que de duas formas são afectadas: Indirectamente, pois rendimento fornecido aos serviços, e depois, porque o investimento, entre elas, que é feito é ajuda fornecida ao vício do jogo.

O deputado António Teixeira sindicou a Casa do Povo disse que o deputado José Francisco Costa é um fantasma que não o há. E explicou que é profissional da menina não é da CRSS, que detém apenas a tutela de instalações e do teatro. O seu interlocutor deve-se aperceber do facto de não existirem direcções legítimamente constituídas em grande parte da casa, pois, quando o há, seriam elas profissões e fazerem concorrência quem quer que e destas den o exemplo da Vila Boim. Claro que não estava no PREC, disse, e tudo isso foi em feito legalmente. A transmissão das responsabilidades para o CRSS tem sido feita através de ofícios.

A Presidente da Mesa disse, que o facto de não existirem sócio e fazer na Casa do Povo resultado de muitas pessas e Caixas de Previdência, quando lhe questionaram o número de sócio no centro e lhe questionaram o da Caixa.

2/03/91

Nessas alturas, embora não houvesse aprechido a justificativa de socorro, descreveu de forma tão farragosa que tal foi visto como falso, pris fui a Segurança Social assumir a reforma. A esta assunção ficas, no entanto, que se deu voltar noutros alturas, apesar da sua importância.

O Deputado Vazinha ainda sobre este assunto provelou a sua estranheza pelo facto de serem feitos acondos com distinções consideradas ilegais.

O Presidente da Câmara fez questão de perguntar efectuada pelo deputado concernente ao dizer em relação à justificação que é verdadeira e que ele concorda com o que disse o Deputado Braga, pris o serviço nem sempre correm como se quer. Por vezes, afirma das suas informações um chefe de serviço é que sua responsabilidade, muitas vezes não é exercida. Um deputado ao concordar "descobriu a sua terra" fui fido como presidente a participações do seu passado. Nao estou excluída e infeliz de se reviver e por vezes se se reviver um grande interessado. Não concordo com o que fui dito acerca do desinteresse pela juventude, nisto existem em Alter muitas espécies e pessoas fale Câmara onde a juventude pode desenvolver suas actividades paralelas ao estudo. Da discoteca disse esta a mesma já em funcionamento não tendo a Câmara nada a ver com isso. Os encenamentos são feitos pelo Governo Civil. Do espaço circundante, disse, alguém das cidades foi com já fui feito no restaurante e hóspedes. "A Câmara apuda os investidores". Dos problemas levantados pelo encenamento das Metropolitana disse ser tanto que em todo o Distrito fizeram-se sindicatos uma forma concentrada, pris estes em causa interesses fundamentais da vida da população no âmbito das casas, educação e Gastronomia tradicionais e etc na qualidade do concerto sua geral. A autorização é máquina fui apenas um relatório de já existentes, não sendo autorizada nem mais uma.

O Deputado Braga no final da fala e dando inicio a

2/03/91

discussão do ponto três da Ordem de Sessão que pôs em debate o projeto que visava no Ponto dois ponto dois para um do Artigo cinco, ponto um ponto dois para acrescentar o "Sua fértil conhecimento à Câmara Municipal".

O deputado Ferreira propôs a seguinte alteração:

Artigo três - Um ponto três - onde se lê "Câmara se passe a lei "Assembleia Municipal";

Artigo quatro - Retirar o Ponto dois ponto dois para um e dois ponto dois para um;

No título do Artigo quatro acrescentar "é Atribuído";

Ponto cinco - Onde se lê "Câmara Municipal se passe a lei fundada por um representante da Assembleia, um representante de cada junta de freguesia e um representante dos candidatos a vereador";

No Artigo cinco no Ponto um ponto três deve acrescentar-se o "Parágrafo" um ponto dois ponto um com a seguinte redacção:

"Qualquer deles poderá considerar nos pontos anteriores (um ponto dois e um ponto três) a serem alterados devendo ser imediatamente comunicados à Câmara Municipal."

O deputado José Lobo propôs que o projeto fosse composto pelos Conselhos, Presidentes das Juntas de Freguesia, etc. Passou a constituir a Comissão municipal três diferentes de Projeto dois para este ponto.

Ponto três proposta de alteração é feita a votação foi aprovada a proposta deis com oito votos a favor, contra seis votos para a proposta dois e um voto para a proposta um - 2 de Câmara.

Passou-se ao Ponto quatro foi decisão de Presidente da Mesa que chamou a atenção para o Artigo três do Regulamento das atribuições da Câmara Municipal de Construções Civil e para a confusão que se lhe depõe com a designação de "Alcôdo anterior".

O Deputado Braga intervém dizendo que não foi integralmente respeitada a decisão da Assembleia que fazia na sua proposta a construção e a recuperação e não afazia estr.

Proposta pelo deputado José Ferreira foi decidida e devolvida

2/03/91

do Regulamento em causa para contracção.

Passou-se á discussão do ponto círculo que se iniciou com o esclarecimento do Presidente da Câmara sobre a necessidade de mais este empréstimo de vinte e quatro mil contos.

Comesou este ponto diger que não fôr ainda desbloqueado qualquer verba das reservas conto para investimento que a Câmara fediu, uma vez que este passou a constituir-se como Pisoção no âmbito do Banco Europeu de Investimento com juan apoio a doze e meio por cento, mas implicando o seu desbloqueamento apesar de não receber. Dei a necessidade de algum dinheiro para efectuar despesa pois seu tesouraria é insuficiente para tal, concluiu.

O deputado António achação estabeleceu a modicidade, achendo mais razoável e mais económico o desbloqueamento através da apresentação de factura provisória.

A Presidente de Mesa reforçou o argumento que constitui para o Concelho todo empréstimo, constituindo todo este empréstimo como uma nova negra mercadoria de consequências imprevisíveis.

Foto e votaram foi aprovado com voto e favor e voto abstenção de Coligções Democráticas Unitárias, e favor de Câmara de contracção de um empréstimo multilateral de vinte e quatro mil contos para fazer o pagamento em díaz. Desta decisão foi levada a estrada União para o devido efeito.

Comesou por fazer declaração de voto o Deputado António que, em nome do Partido Social Democrata, alertou mais uma vez para a subida do Piso do Círculo e o elevado custo que isso representa.

A Presidente da Mesa justificou o voto de abstención de Coligções que representam, como uma sequência lógica de abstención em relação ao empréstimo de que o seu contra intromissamente aprouvado.

Vede mais havendo a fazer a Presidente de Mesa dou por concluída a reunião de qual se levaron actas que veio

26/04/91

Assinado:

Alees

José António Gonçalves

José António da Silva Fung.

ACTA NÚMERO TRAZ

No vinte e seis dia do mês de Abril de mil novecentos e noventa e um horas vinte e uma hora e trinta minutos decorridos desde inicio à segunda Sessão ordinária do ano em curso de Assembleia Municipal de Alter do Chão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Primerio: Informação do Senhor Presidente sobre actividade Municipal;

Segundo: Apresentação e votação da Conta de Gestão e Relatório de Actividades do Município do ano de mil novecentos e noventa;

Terceiro: Discussão e Votação de alterações do Regulamento do Mercado;

Quarto: Apresentação e votação do Projeto de Regulamento para Atividades do Centro Municipal de Constituição Civil.

Foi feita e chamada constituição das faltas dos Deputados José Afonso, Joaquim Vieira, Maria Matos Pimentel e Manuel Rodrigues.

Foi dada a correspondência e dada ao período de Autarca Ordem do Dia pediu a falar o deputado José Edmundo como membro da Comissão para o Jesusito, informando sobre a actividade de missas.

Foi feita a leitura de acta da anterior Sessão fria e mesma aprovada por maioria com duas abstenções.

Foram o Presidente da Câmara e informada da actividade da Câmara. Referenciou a realização de treino pela Câmara para constituição de um posto de secçãoamento de liga directa para Alter por parte da EDP. Disse em segundo que, para meter o Projecto do Centro de Dia de Sede faltava apenas a constituição da respectiva Comissão de melhoramento. Referiu a actividade nula por parte do G.A.T., influenciando negativamente o trabalho na Câmara e diversas actividades das investigações locais em comunhão de esforço com a Câmara que juntou de C.C.R. em siiores que juntou do IAPMEI,